



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Entrelaçamentos entre as opressões de gênero e as violências contra crianças e adolescentes: uma discussão sobre cuidado

Entanglements between gender oppression and violence against children and teenagers: a discussion on the work of care

Amanda Castellain Mayworm¹

Eixo Temático: EIXO 5- Gênero, sexualidades e violência doméstica

Introdução

A escrita deste resumo se tece durante minhas pesquisas no mestrado no programa de Saúde da Criança e da Mulher em Saúde Coletiva do Instituto Fernandes Figueira, na linha de Violência e Saúde. A fagulha desta pesquisa nasce através de reflexões geradas em experiências de estágios durante meu tempo de graduação em Psicologia na Universidade Federal Fluminense, envolvendo o cuidado de mulheres, crianças e adolescentes; principalmente as atuações no Núcleo de Atenção às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência (NACA) e em um Serviço de Acolhimento Institucional Infante-Juvenil para meninas.

No trabalho no acolhimento institucional, estive junto de crianças e adolescentes que, ao não terem uma mãe ou não possuírem a mãe ideal identificada por padrões morais (por questões como falecimento, violência, conflitos e inclusive abandono), não pareciam ter mais nenhum apoio e a estada na Unidade surge como primeira e única possibilidade de vida. No NACA, na maioria dos casos, os suspeitos da violência tinham como identificação homens do núcleo familiar, sendo que outras mulheres da família também sofriam abusos e violências desses mesmos atores. Observei como as violências conjugais resultam, em sua maioria, em violências parentais. Quando havia uma mulher como suposta autora, como uma mãe, percebia-se que essa se encontrava também em situação de vulnerabilidade, muitas vezes tendo sido vítima de violência e/ou sofrido abandono paterno, além de estar sobrecarregada ao ser única no cuidado e responsabilidade.

¹ Psicóloga pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestranda do programa de Saúde da Criança e da Mulher (em Saúde Coletiva) do Instituto Fernandes Figueira, na linha de violência e saúde.

Desenvolvimento

Ariès (1978) realiza um estudo sócio-histórico a fim de demonstrar que o que conhecemos como infância não é dado, mas criado por meio de contextos políticos, econômicos e culturais. O autor apresenta como, na Idade Média, não havia um lugar para a infância e não eram reconhecidos os estágios de desenvolvimento que são estabelecidos pela sociedade atual. As crianças tinham uma função de utilidade para o trabalho e demais tarefas, não havendo um sentimento de proteção ou afetividade. A família, por sua vez, tinha uma função social, e não um sentido de amor. A partir do século XVII, houveram mudanças em relação aos cuidados das crianças, criando-se medidas de proteção. Havia uma representação mística das crianças, atrelado a religiosidade. Ariès nomeia esse movimento como o surgimento do sentimento de infância, no qual criou-se apego e paparicação por essa figura. No entanto, apesar de surgir um dever de proteção à infância, Ariès demonstra como esse sentimento também era seletivo, uma vez que se dava apenas em famílias burguesas. Diante disso, em um momento de desenvolvimento do capitalismo, no qual o mundo passava por uma Revolução Industrial, houve muito uso de mão-de-obra infantil, demonstrando essas desigualdades. Começam a surgir políticas públicas de promoção do cuidado a fim de recuperar a infância. Observamos no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1980, como um documento que visa reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e estabelecer modos de garanti-los. Nos trabalhos nessas instituições era notável o quanto ainda era insuficiente e que havia uma política de familismo, percebendo-se uma presença maior do cuidado materno.

Essa divisão sexual do trabalho é analisada pela filósofa Elisabeth Badinter (1985). Ao perceber os gastos financeiros e temporais que envolvem o cuidado de crianças, Badinter argumenta que a solução mais prática encontrada foi submetê-las à responsabilidade praticamente exclusiva das mães. A autora identifica sócio-historicamente que tal instinto é uma criação do patriarcado, a criação social da maternidade ofereceu às mulheres a valorização do lugar de cuidadora, a possibilidade de ser uma boa mãe (Badinter, 1985). Houve a configuração de uma mãe-ideal, atrelado à esse amor incondicional.

É essencial pontuar que, quando fala-se de mulheres, tal grupo também abarca intersecções de raça e classe. Por meio das tecnologias do racismo, as mulheres negras se afastam cada vez mais desse ideal de mulher-mãe, tendo suas maternidades deslegitimadas e solitárias. Portanto, uma



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

genitora atravessada pelas marcas da colonialidade é identificada apenas como uma reprodutora, tendo sua vida institucionalizada pelo Estado por não atingir os ideais dessa função sagrada (Donzelot, 1986).

Considerações Finais

Tendo em vista os processos de desigualdades de gênero fabricados pela colonialidade, os quais promovem o confinamento da mulher à esfera doméstica e instaura o mito do instinto materno, é inegável que isso produz o cuidado generificado e individualizado. Esta configuração social complexa necessita de olhares mais atentos aos contextos simbólicos e institucionais que operam em função de manter violências e desamparos à mães, crianças e adolescentes. Para tanto, *o objetivo dessa escrita é mapear esses efeitos das opressões de gênero, por meio de uma ótica decolonial, e investigar suas relações aos processos de violência intrafamiliar à crianças e adolescentes; bem como analisar a política do familismo que atua por uma lógica neoliberal e em decorrência à insuficiência do Estado e de suas políticas públicas - as quais apenas culpabilizam, tutelam e institucionalizam.* Observa-se que criminalizar e penalizar atos de violência contra crianças e adolescentes não é o suficiente para exterminá-los. Castro (2023) discute como o ECA é regido por uma perspectiva homogênea orientada pelo Norte Global e não contempla as especificidades das crianças do Sul Global, reforçam exclusões pré-existentes de forma que o Estado não prioriza as desigualdades sociais e responsabiliza as famílias pelas situações de vulnerabilidade e violência. É visível que o ECA não transforma as estruturas da sociedade que provocam a desproteção a crianças e adolescentes. É necessária uma discussão além, e que esta envolva críticas decoloniais que localizem as marcas da colonialidade para garantir direitos a crianças e adolescentes.

Referências Bibliográficas

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CASTRO, L. Descolonização e direitos da criança: uma introdução. **O Social em Questão** - Ano XXVI - nº 56 - Mai a Ago/2023.
- DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1986.